

Acordo amplia prazo de defesa

O prazo de defesa dos acusados pela CPI do Orçamento, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, será de 15 dias. Antes, seriam apenas cinco dias. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e os líderes do PMDB, Tarcísio Delgado (MG), do PDT, Luiz Salomão (RJ), e do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), fecharam um acordo ontem para permitir que os acusados tenham um prazo razoável para defesa. Na véspera, o advogado Walmor Giavarina, que representa os deputados Manoel Moreira e Cid Carvalho, entrará com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o prazo exíguo, mas não tinha esperanças de ganhar uma liminar contra Inocêncio. A sua previsão foi confirmada. O STF negou liminar, ampliando o prazo de defesa.

O acordo entre os líderes e Inocêncio foi incentivado por Giavarina que, ao saber que sua liminar não seria acatada pelo Supremo, procurou o líder do PDT para intermediar uma solução negociada. Salomão procurou, então, o líder do PMDB e ambos foram a Luís Eduardo Magalhães, que já vinha sofrendo pressões dos parlamentares do PFL acusados pela CPI contra o prazo de defesa de apenas cinco sessões. Os três foram a Inocêncio, que considerou "aceitável" uma dilatação do prazo desde que a demora não ultrapassasse 15 dias.

Acordo - Inocêncio tentou desmentir que tivesse feito um acordo. "Não houve acordo, eu tenho dificuldade para fazê-lo", disse. Em seguida, Giavarina entrou na sala da presidência e



Giavarina: sem o STF

pediu publicamente: "Me dê dois dias a mais". Inocêncio, que havia negado o acordo minutos antes, respondeu: "Mas está praticamente como vocês queriam".

O presidente da Câmara determinou que Mozart Viana, secretário-geral da mesa, estude uma fórmula capaz de permitir regimentalmente o novo prazo para a defesa. "Isso é um casuismo necessário", disse o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Adilson Motta (PPR-RS). Sua avaliação é de que se fossem mantidas as normas da revisão, com uma sessão ordinária da Câmara por semana, o prazo de defesa poderia se arrastar durante dez semanas.

"Os líderes já estão acertados para não indicar à comissão que vai julgar parlamentares que participaram do trabalho de acusação", relatou Giavarina.